

POLÍTICA

Uma frente parlamentar para a produção florestal

Gisela Teixeira
de Brasília

Um grupo de 50 deputados e senadores lançou ontem, em Brasília, a Frente Parlamentar de Silvicultura, que vai defender os interesses dos principais estados envolvidos na produção florestal. O movimento é o segundo destaque na movimentação dos empresários do setor este ano, que já foram recebidos, em fevereiro, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "As discussões que nos interessam passam pelo Legislativo e um segmento da florestal não podia ficar mais sem representação", afirma o presidente da Associação Sul-Brasileira de Empresas Florestais, Márcilio Caron.

Atualmente, a produção, a industrialização e a comercialização de florestas geram cerca de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil, além de uma receita anual de mais de US\$ 6,1 bilhões (2,6% do PIB). "O setor florestal contribui ainda com a arrecadação de mais de US\$ 2 bilhões em impostos e já é o segundo maior exportador industrial do País", acrescenta o deputado Gerônimo Silva (PFL-SC), um dos articuladores da Frente.

Uma das demandas dos empresários é a criação de um modelo orientado à produção o que, segundo Caron, poderia ser apressado com a transferência das atribuições de definição de políticas de desenvolvimento do Ministério do Meio Ambiente para a Agricultura. Outras reivindicações incluem a definição de políticas de longo prazo - já que os ciclos de manejo de florestas não são inferiores a 20 anos -, a desoneração de custos burocráticos e o incentivo a pequenas e micro empresas.

Segundo o presidente da Associação

Brasileira de Florestas Renováveis, Sérgio Luiz Toninello, com a criação da Frente o setor florestal também deve adotar uma atitude pró-ativa em relação ao Legislativo. "É preciso simplificar e modernizar as leis atuais, levando em conta os avanços e anseios do segmento de silvicultura", afirma Toninello. Para Caron, a Frente também deve trabalhar para "fazer a distinção entre a cadeia da silvicultura, formada por empresas que

É preciso simplificar e modernizar as leis atuais sob o ângulo da silvicultura

investem em tecnologia e têm responsabilidade social, dos produtores que são somente gigolôs da natureza".

Nos próximos dez anos, os empresários esperam ampliar a área plantada de 6,4 milhões de hectares

para 11 milhões de hectares; aumentar as exportações, de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 15 bilhões; e elevar os tributos gerados, de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 6 bilhões. Na Frente estão parlamentares dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Com a movimentação do setor empresarial, organizações não-governamentais também reagiram. Em carta enviada ao presidente, elas pediram que a proposta de ampliação do setor seja analisada e planejada com extrema cautela e que a elaboração de uma política para o setor considere os preceitos de desenvolvimento efetivamente sustentável, citando posteriormente as implicações socioambientais e econômicas da atividade, especialmente para a Mata Atlântica e para o Cerrado.

As discussões sobre o assunto prosseguem hoje, em Brasília, durante o I Fórum Nacional da Indústria da Madeira Sólida, que acontece na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI).